

EDUCAÇÃO POLÍTICA
NO BRASIL: REFLEXÕES,
INICIATIVAS E DESAFIOS



Konrad
Adenauer
Stiftung

EDITOR RESPONSÁVEL

Jan Woischnik

CONSELHO EDITORIAL

Estevão de Rezende Martins

Fátima Anastasia

Humberto Dantas

José Álvaro Moisés

José Mario Brasiliense Carneiro

Lúcia Avelar

Silvana Krause

ORGANIZAÇÃO

Humberto Dantas

COORDENAÇÃO EDITORIAL E REVISÃO

Reinaldo J. Themoteo

CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Cacau Mendes

IMPRESSÃO

J. Sholna

ISSN 1519-0951

Cadernos Adenauer XVII (2016), nº1

Educação política no Brasil: reflexões, iniciativas e desafios

Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, março 2016.

ISBN 978-85-7504-200-7

*As opiniões externadas nesta publicação são
de exclusiva responsabilidade de seus autores.*

Todos os direitos desta edição reservados à

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER

Representação no Brasil: Rua Guilhermina Guinle, 163 · Botafogo

Rio de Janeiro · RJ · 22270-060

Tel.: 0055-21-2220-5441 · Telefax: 0055-21-2220-5448

adenauer-brasil@kas.de · www.kas.de/brasil

Impresso no Brasil

Sumário

- 7 Apresentação
- 15 Pensamento, cultura e educação política no Brasil:
algumas reflexões e propostas
RODRIGO ESTRAMANHO DE ALMEIDA
- 31 A percepção dos estudantes como um meio para pensar a
formação cidadã no ensino médio e caminhos para a educação
política em âmbito escolar
DANILO BASILE FORLINI · MARIA JOSÉ DA SILVA FERNANDES
- 49 Potencialidades e limitações da educação política no currículo
escolar brasileiro: um resgate histórico e uma análise de contexto
ANDRESSA PELLANDA
- 69 Oficina Municipal e a formação política de cidadãos e gestores
JOSÉ MARIO BRASILIENSE CARNEIRO · GUSTAVO SANTOS
HUMBERTO DANTAS · EDER BRITO
- 91 Educação política na prática: jogos e dinâmicas participativas
CYNTHIA DE LIMA KRAHENBUHL
- 109 Educação política na prática:
usando empatia e vivência como aprendizado
CARLA MAYUMI · BEATRIZ PEDREIRA
- 123 Educação política nas periferias da Grande São Paulo:
percepções com base na posição de jovens de 15 a 18 anos
em 2015 em ações da Fundação Konrad Adenauer
HUMBERTO DANTAS

- 145 Formando cidadãos democráticos:
considerações sobre os efeitos do Parlamento Jovem mineiro
MARIO FUKS · GABRIEL ÁVILA CASALECCHI
- 165 O Estágio-Visita como Educação para a Democracia: o que
se ensina aos jovens brasileiros na Câmara dos Deputados?
RILDO COSSON
- 181 Das ideias à concretude: a experiência do
Programa Parlamento Jovem Catarinense na última década
MELISSA FIGUEIREDO SILVESTRE
- 195 Conferências nacionais de juventude:
ação coletiva e diversidade como educação política
HEBER SILVEIRA ROCHA · WAGNER DE MELO ROMÃO
- 217 Educação política no Poder Judiciário: uma visão preliminar
DANIELLA CAMBAÚVA
- 231 Educação para a cidadania:
o projeto Parlamento Jovem em Araraquara – SP
ALESSANDRA SANTOS NASCIMENTO · BRUNO SOUZA DA SILVA
EDUARDO SEINO
- 251 A extensão universitária voltada para a educação política
e o Projeto Contraponto: debatendo política nas escolas
PROJETO CONTRAPONTO
- 265 Projeto Politiquê?:
relato de experiências de educação política para jovens
CAMILA CASTRO DE ALENCAR · CAMILLA BORGES PORCINO DA
COSTA · HAÍNA COELHO PEREIRA DA SILVA · NATASHA COELHO
FIGUEIREDO NÓBREGA · RACHEL DUARTE GUEDES DE ANDRADE
- 278 Publicações anteriores dos Cadernos Adenauer

Apresentação

■ O Brasil atravessa um dos momentos mais delicados de sua história política recente. Um conjunto de interpretações, muitas delas caminhando em sentidos distintos, dá conta de apontar o quão complexo é o presente de nossa democracia. Parte significativa do que se verifica carrega avanços entremeados a ressalvas, nos apresentando dúvidas que se erguem como desafios profundos para pensarmos nosso futuro. Exemplos não faltam: fala-se do funcionamento do presidencialismo de coalizão, travado momentaneamente, ao mesmo tempo em que se debatem reformas, mudanças e uma série de arranjos capazes de fazer o país “funcionar” novamente sob um novo desenho institucional. Voltamos ao debate do parlamentarismo, que a despeito de seu valor, foi rechaçado em 1963 e 1993 pelo voto em consultas populares. Desenham-no como salvação, mas ignora-se a necessidade de pensá-lo sob uma lógica sistêmica, nos faltando a combinação com os partidos e legislativos fortes, por exemplo. Ademais, defensores de “saídas fáceis” parecem ignorar as travas desse modelo, os problemas enfrentados atualmente pela Espanha e tradicionalmente pela Bélgica. Fosse o Brasil um parlamentarismo, dizem alguns, e o governo já teria sido afastado, debelando a crise. A primeira afirmação pode até ser verdadeira, mas a segunda está longe de ser simples e ofertar toda essa esperança. Que governo seria formado? Quem governaria advindo de um Congresso Nacional desacreditado e extremamente casuísta, clientelista, corporativista e fisiológico? Que governo seria possível? O amadurecimento do cidadão passaria, nesse caso, por uma compreensão infinitamente mais complexa do que efetivamente é um Legislativo.

Notemos assim o quanto nos faltam de elementos vitais para o funcionamento de uma clássica democracia. Devemos questionar se efetivamente precisa-

mos de tantos partidos políticos nacionais (35), muitos deles a despeito da liberdade de associação existindo apenas para a realização de manobras pessoais. O caso mais recente é o do PMB (Partido da Mulher Brasileira) que além de não dialogar com a temática central de seu nome nasce com cerca de 20 parlamentares, tem contra si escândalos de venda regional da legenda, e após uma janela constitucional casuísta de troca de partidos entre parlamentares cai para apenas duas cadeiras na Câmara dos Deputados e mantém regalias proporcionais associadas ao uso de recursos públicos. Custa questionar, nesse sentido, se partidos políticos em geral devem efetivamente ter o direito, indiscriminadamente, sem representar formalmente sequer um brasileiro nos organismos políticos formais, de receber dinheiro público. As regras são essas, os princípios é que parecem estar distorcidos.

E nesse caso o Brasil também discute privilégios, sobretudo no serviço público. Criados sob o manto de uma legalidade imoral, buscamos entender porque é tão fácil passar por cima das regras, e porque pagamos tanto por instituições que primam pela ineficiência. Deparamos-nos com milhares de agentes recebendo vantagens ilegais, acima de tetos fragilmente criados. Não existe qualquer dúvida acerca do fato de que os valores que o governo procura para fechar suas contas em meio a uma crise econômica profunda se encontram depositados mensalmente nas contas daqueles que se arvoram em dizer que defendem a nação. O país da corrupção também é a nação do privilégio fácil e questionável à luz do republicanismo e aparentemente inquestionável à sombra de um pacto de conveniência e afastamento em relação ao zelo pela coisa pública. Para completar, é a corrupção que ainda nos incomoda, nos esfacela nos três poderes e nos três entes federativos.

Em meio a todos esses desafios nos encanta e assombra o conjunto de atitudes recentes de nossa justiça. Em ritmo absolutamente atípico e aparentemente positivo assistimos ao dismantelar de grandes esquemas de corrupção que, ao contrário de anos recentes, e de praticamente toda a nossa história, encarcera e condena os sempre protegidos donos do capital no Brasil. No entanto, pairam dúvidas sobre os procedimentos e muitos questionam se parcelas do Judiciário têm coloração partidária que desafia o universalismo esperado da justiça. O tempo, nesse caso, é quem dirá se tudo está voltado para um partido ou grupo no poder em atitude assombrosa, ou se podemos respirar aliviados com o início da consolidação e fortalecimento desse terceiro poder, capaz de arbitrar aberrações que sempre foram resolvidas nos arranjos entre Legislativo e Executivo, deixando à margem o povo e parcela das leis. O Judiciário estaria pronto para punir de forma generalizada quem expropria o Estado brasileiro? Antes dessa consolidação,

no entanto, ainda nos resta entender se temos justiceiros, se estamos construindo uma perigosa justicocracia ou se de fato teremos um aparato eficiente de justiça. O que nesse instante ainda é cedo para saber.

O que temos a certeza que vigora, ainda, é a espera por heróis. O Brasil do século XXI ainda parece carregar os vícios vindos da Coroa no século XVI. Nesse caso específico ainda esperamos Dom Sebastião voltar da guerra para nos salvar, incorporado em papel pessoal. Clamamos por heróis sem notarmos nosso desafio numa sociedade democrática. Para além disso, é indiscutível que a despeito do que desejamos de um líder vivemos efetivamente uma crise de ausência de lideranças políticas. A questão não se restringe ao Brasil, mas para uma sociedade que carece tanto de ícones essa ausência é mais sentida. O país não reconhece figuras numa desgastada e puída política capaz de nos conduzir. Surgem as ameaças, os velhos falsos ídolos que nos conduziram (e podem voltar a conduzir) por caminhos tão heterodoxos e ameaçadores. O país atravessa um instante em que as capacidades gerenciais de idealizados políticos são exaltadas, mas quem se aprofunda em conhecer o perfil de um presidente, por exemplo, sabe que gerentes não presidem nada. A habilidade política parece desprezada num país em que ela, a política, desafiou todos os limites éticos e legais. Mas não parece possível, no meio empresarial, por exemplo, encontrar uma boa descrição para o cargo de CEO (nome que se dá ao presidente no mundo corporativo) que não carregue consigo desafios políticos e a capacidade de ser visionário. Quem é visionário hoje em nossa política? Quem tem um plano para o país? Que partido? Que grupo? E que figura consegue canalizar votos para se legitimar nesse processo? Pesquisa recente mostrava que os políticos de projeção nacional no país enfrentavam taxas de rejeição na casa dos 50 pontos percentuais. Ou seja: em qualquer eleição os candidatos perderiam para eles mesmos, aprofundando no eleitor o sentimento de que votam, efetivamente, no “menos pior”.

Diante desse desafio fica a dúvida: e a juventude? E a geração atual? Políticos mais tradicionais criticam e buscam entender como fazer para acordar esses cidadãos. Será mesmo que estão dormindo? Aqui está o desafio maior dessa edição da Revista Cadernos, e sobretudo a melhor de todas as notícias depois de algumas páginas iniciais repletas de um diagnóstico que soa pessimista. Os jovens estão se localizando no debate político brasileiro, e têm em comum uma pauta que reforça a ideia de democracia. É bastante forte nas pesquisas que dialogam com esse público o desejo por EDUCAÇÃO POLÍTICA. Aquilo que Norberto Bobbio chamou de “a promessa não cumprida da democracia”, e inunda as teorias que perduram faz séculos, começa a fazer sentido na sociedade brasileira. Manifestos

nas ruas são essenciais, apontam para a liberdade de expressão e de associação, mas por vezes se mostram vazios e em parte desnorreados por falta de conhecimento acerca da lógica pública. É disso que falamos: sem educação a probabilidade de nos perdermos é maior. E é essa a resposta desejada pelos jovens: eles querem ENTENDER. E para tanto estão agindo.

A educação política, tema central da missão da Fundação Konrad Adenauer no planeta, é assim trazida e debatida nessa publicação. Esta é a primeira edição da série Cadernos Adenauer sob a gestão do novo diretor da Fundação Konrad Adenauer no Brasil, Jan Woischnik. Uma de suas prioridades será justamente aprofundar o trabalho da Fundação em educação política. E um ponto aqui merece destaque: em 2010 organizamos o primeiro volume sobre esse assunto (número 3/2010). Com relativa dificuldade àquela ocasião, conseguimos reunir dez textos que tratavam de casos dessa natureza no Brasil, além de reflexões teóricas. Agora parece que demos um salto expressivo: 15 trabalhos reunidos e, o mais impressionante, pelos menos outros cinco bons exemplos que não puderam ser trazidos aqui por razões de espaço e tempo. Estaríamos no caminho? Rumando no sentido de percebermos o quanto devemos preparar formalmente nossa sociedade para a vida conjunta? Estaríamos finalmente notando o quanto esse desafio nos deve ser caro, seguindo o exemplo de diversos outros países conforme pesquisas da IEA (International Association for the Evaluation of Educational Achievement), um organismo sediado na Holanda e na Alemanha, especificamente criado para compreender o quanto devemos desenvolver ações de educação para a cidadania? É cedo para dizer.

Mas já parece que temos um corpo de pesquisadores e agentes levando adiante esse desafio. A exemplo da edição de 2010 esse volume de Cadernos está dividido em duas partes. Na primeira, três estudos sobre aspectos teóricos e estruturais da educação política no Brasil.

Rodrigo Estramano faz uma reflexão acerca de crença corrente segundo a qual apenas atividades de educação política teriam efetividade no enfrentamento da defasagem de entendimento sobre política dos brasileiros. Nesta empreitada o autor investiga como se articulam conceitos como educação política, cultura política e pensamento social, lançando mão, em sua análise, de algumas das mais representativas obras da literatura brasileira sobre o tema, de modo a realizar um exercício de caracterização de elementos fundamentais do pensamento político do país.

Danilo Basile Forlini e Maria José da Silva Fernandes se dedicam em seu capítulo a identificar a maneira como os alunos de escolas públicas de Ensino

Médio de Araraquara percebem a educação política no cotidiano escolar, bem como qual o entendimento dos jovens sobre como ela deveria ser. Para alcançar tal intento os autores ressaltam a necessidade da educação política na escola em sentido amplo e também enquanto obrigação prevista em lei. A metodologia utilizada é apresentada, sendo seguida por considerações sobre a crise que o Ensino Médio enfrenta quanto ao seu próprio sentido, e sua possível relação com a educação política. Por fim são enumerados caminhos que possam cooperar na efetuação da educação Política em âmbito escolar.

Andressa Pellanda investiga os potenciais e as limitações da educação política no Brasil, sob a ótica do currículo escolar. Nesta empreitada a autora empreende um resgate histórico e uma análise contextualizada de tópicos fundamentais, como o surgimento e o caso das disciplinas Educação Moral e Cívica e OSPB, bem como a entrada de Filosofia e Sociologia no currículo escolar, analisando os respectivos contextos históricos e levando em consideração a legislação pertinente.

Na segunda parte reunimos doze ações efetivas de educação política ou pesquisas a elas associadas. E aqui encontramos exemplos extremamente ricos, alguns longevos, em organizações/ações públicas e do terceiro setor.

José Mario Brasiliense Carneiro, Gustavo Santos, Humberto Dantas e Eder Brito apresentam as atividades da Oficina Municipal. Parceira da Fundação Konrad Adenauer desde sua fundação em 2002, a Oficina Municipal é uma escola de cidadania e gestão pública que prima por um enfoque eminentemente prático. Neste artigo os autores explicitam os valores e os princípios norteadores das atividades da organização, discorrendo sobre as variadas atividades de formação política realizadas pela Oficina Municipal.

Cynthia de Lima Krahenbuhl nos apresenta a história e as atividades da Associação Bê-a-bá do Cidadão, entidade que teve origem em 1998, como projeto do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito da PUC-SP. Este capítulo compreende duas partes: na primeira é relatada a história da Associação Bê-a-bá, além de serem elucidadas as metodologias utilizadas nas atividades desenvolvidas; na segunda é apresentado um dos projetos da Associação, o Projeto Cidadania na Escola.

Com o título “Educação política na prática: usando empatia e vivência como aprendizado”, o capítulo escrito por Carla Mayumi e Beatriz Pedreira apresenta o projeto Jogo da Política, o qual nasce a partir da pesquisa Sonho Brasileiro da Política. Lançando mão de metodologia quantitativa e qualitativa, nesta pesquisa foram ouvidos 1.428 jovens em todos os estados brasileiros, investigando as mo-

tivações que os levaram às ruas, nas manifestações de junho de 2013. Neste artigo são apresentadas e analisadas as metodologias utilizadas no projeto, incluindo o Jogo do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

O capítulo da autoria de Humberto Dantas objetiva entender o pensamento dos jovens que participaram dos cursos de iniciação política realizados pela Fundação Konrad Adenauer nas periferias da Grande São Paulo, desde 2008. O autor mostra a trajetória deste projeto que desde o seu surgimento formou 4.083 jovens, e por meio da investigação dos dados colhidos nos formulários preenchidos pelos alunos, traz reflexões que mostram o que os jovens participantes pensam sobre política, fazendo uma reflexão sobre a importância das iniciativas de educação política no Brasil.

O artigo de Mario Fuks tem por objetivo examinar duas questões: qual seria o tipo de comportamento dos cidadãos mais compatível com os princípios democráticos, e qual formação pode levar pessoas a tais comportamentos. Partindo da análise do conceito de cidadão democrático o autor discute o processo de socialização que colabora para a formação deste agente. Além desta parte mais ampla e conceitual, o autor apresenta os resultados do projeto Parlamento Jovem Mineiro, um programa de socialização que tem por objetivo a formação de cidadãos democráticos.

Rildo Cosson apresenta em seu artigo um projeto criado em 2003 pela Câmara dos Deputados de Brasília: o Estágio-Visita de Curta Duração. São mostrados os diversos conhecimentos que se fazem presentes na programação das atividades, desde o contexto do surgimento do Estágio-Visita e a justificativa para a sua criação, descrevendo as variadas atividades que preenchem os cinco dias de duração de cada uma das dez edições que são realizadas a cada ano. Como culminância do capítulo o autor faz uma análise crítica dos principais aspectos do projeto, incluindo formato e conteúdo.

Melissa Figueiredo Silvestre apresenta em seu artigo um programa de educação para a cidadania desenvolvido no estado de Santa Catarina, chamado Parlamento Jovem Catarinense. Em atividade há dez anos, o Parlamento jovem visa à proporcionar aos estudantes do Ensino Médio de escolas das redes pública e privada a oportunidade de vivenciarem a rotina de um parlamentar.

Heber Silveira Rocha e Wagner de Melo Romão analisam as Conferências Nacionais de Juventude realizadas em 2008, 2011 e 2015, mostrando-as enquanto espaços de educação política, para além de sua missão político-institucional. Avanços nas agendas e diversidade de temáticas e oportunidades de debate se destacam na narrativa.

Daniela Cambaúva investiga, em seu artigo, primeiro a partir de um enfoque mais teórico, a relação entre educação política e qualidade das democracias, e apresenta, em seguida, iniciativas de educação política realizadas pelo Poder Judiciário através da Justiça Eleitoral organizada em todos os estados brasileiros.

Alessandra Santos Nascimento, Bruno Souza da Silva e Eduardo Seino analisam os resultados do projeto Parlamento Jovem da Câmara municipal de Araraquara, realizado em parceria com a Unesp. Inicialmente são pontuados os tópicos mais importantes nas discussões teóricas sobre democracia e educação para a cidadania, e logo após é feita uma reflexão sobre a relevância do debate teórico diante da experiência do Parlamento Jovem de Araraquara.

O capítulo seguinte apresenta o Projeto de Extensão universitária Contraponto: debatendo política nas escolas. Escrito coletivamente pelos integrantes do projeto, neste artigo são mostradas a missão, a metodologia e como se deu a implementação deste projeto que constitui um exemplo de que é possível realizar iniciativas que ultrapassem os muros da universidade, integrando o mundo acadêmico à sociedade, estabelecendo pontes de diálogo e questionamento.

Camila Castro de Alencar, Camilla Borges Porcino da Costa, Haína Coelho Pereira da Silva, Natasha Coelho Figueiredo Nóbrega e Rachel Duarte Guedes de Andrade discorrem sobre o Projeto Politiquê?, uma iniciativa social desenvolvida desde 2014 por estudantes universitários e recém-formados, com o objetivo de promover atividades junto a alunos de escolas da rede pública da cidade de Recife. Os autores descrevem as metodologias utilizadas, e em seguida analisam os resultados alcançados nas atividades desenvolvidas.

Seria esse o caminho para a solução de nossa crise política? Difícil dizer e importante separar as coisas. Crises agudas precisam de ações de curto prazo, enquanto a educação é desafio para horizonte distante que pode evitar novos colapsos. O verbo “começar”, no entanto, tem sentido imediato, e essa esperança parece que esse volume de Cadernos carrega.

HUMBERTO DANTAS
REINALDO J. THEMOTEO
JAN WOISCHNIK